

revista
CIDADES

volume 12 | número 21 | 2015

URBANIZAÇÃO DIFUSA

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| PALAVRAS DO EDITOR..... | 1 |
| <i>Silvana Maria Pintaudi</i> | |
| DOSSIÊ: URBANIZAÇÃO DIFUSA E CIDADE DISPERSA | |
| APRESENTAÇÃO..... | 2 |
| <i>Maria Encarnação Beltrão Spósito</i> | |
| CONTRAURBANIZAÇÃO, PERIURBANIZAÇÃO, CIDADE DISPERSA E REDE DE CIDADES NA ITÁLIA | 14 |
| Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy <i>GIUSEPPE DEMATTEIS</i> | |
| CONTRO-URBANIZZAZIONE, PERIURBANIZZAZIONE, CITTA' DISPERSA E RETI DI CITTA' IN ITALIA..... | 35 |
| Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy <i>GIUSEPPE DEMATTEIS</i> | |
| MANIFESTACIONES DE LA DISPERSIÓN URBANA EN EL ENTORNO DE LAS CIUDADES MEDIAS: RESPUESTAS CONVERGENTES EN CONTEXTOS DIFERENTES..... | 55 |
| Manifestations of the urban dispersion in the environment of the medium sized cities. Con- vergent answers in different contexts <i>FRANCISCO CEBRIÁN ABELLÁN</i> | |
| DISPERSÃO URBANA E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA..... | 91 |
| Urban dispersion and capitalist modernization <i>NESTOR GOULART REIS</i> | |
| FORMA E EXPANSÃO URBANAS NO BRASIL: FATOS E HIPÓTESES. PRIMEIROS RE- SULTADOS DO BANCO DE DADOS BRASIPOLIS..... | 108 |
| Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database <i>CATHY CHATEL E MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO</i> | |
| FORME ET ETALEMENT URBAIN AU BRESIL: FAITS ET HYPOTHESES PREMIERS ENSEIGNEMENTS DE LA BASE DE DONNEES BRASIPOLIS..... | 153 |
| Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database <i>CATHY CHATEL E MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO</i> | |
| A DISPERSÃO URBANA É MESMO “URBANA”? DINÂMICAS ESPACIAIS E VALORES ANTROPOLÓGICOS NA FRANÇA..... | 197 |
| L'étalement urbain est-il vraiment “urbain”? Dynamiques spatiales et valeurs anthropologiques en France <i>François Moriconi-Ebrard</i> | |

| | |
|--|-----|
| L'ETALEMENT URBAIN EST-IL VRAIMENT « URBAIN » ? DYNAMIQUES SPATIALES ET VALEURS ANTHROPOLOGIQUES EN FRANCE..... | 225 |
| A dispersão urbana é mesmo “urbana”? Dinâmicas espaciais e valores antropológicos na França | |
| <i>François Moriconi-Ebrard</i> | |
| DISPERSÃO URBANA: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE..... | 250 |
| Dispersion urbaine: notes pour un débat | |
| <i>IGOR CATALÃO</i> | |
| CIDADES EXCÊNTRICAS OU NOVAS PERIFÉRIAS?..... | 278 |
| Eccentric cities or new peripheries? | |
| <i>ESTER LIMONAD E HELOISA SOARES DE MOURA COSTA</i> | |
| CIDADES E CENTRALIDADES NA AMAZÔNIA: DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA..... | 305 |
| Cities and urban centralities in the amazon region: from the different territorial arrangements to the diffuse urbanization process | |
| <i>SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR</i> | |
| NA BUSCA DE SIMILITUDES... A DIVERSIDADE NA URBANIZAÇÃO E NA DISPERSÃO URBANA SURGE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PÓS-1990..... | 335 |
| In seeking for similitudes... The diversity in urbanization and in urban dispersion arises in the state of Rio de Janeiro in post-1990 | |
| <i>MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA E TATIANA DE SOUZA GASPAR</i> | |
| ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE DISPERSÃO URBANA NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE..... | 359 |
| The origins and evolution of urban sprawl process in the vale do paraíba fluminense (Rio de Janeiro-Brazil) | |
| <i>JÚLIO BENTES</i> | |
| TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ÁREA METROPOLITANA DE FORTALEZA – A EXPANSÃO NO EIXO SUDESTE..... | 400 |
| Recent changes in metropolitan area of Fortaleza-Ce, Brasil – expansion in southeast axis | |
| <i>BEATRIZ HELENA NOGUEIRA DIÓGENES</i> | |
| FORA DO DOSSIÊ | |
| O MUNDIAL E O PLANETÁRIO..... | 441 |
| <i>HENRI LEFEBVRE</i> | |

NA BUSCA DE SIMILITUDES... A DIVERSIDADE NA URBANIZAÇÃO E NA DISPERSÃO URBANA SURGE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PÓS-1990

MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA
Universidade Federal Fluminense
Niterói/RJ, Brasil
mariadelourdespmcosta@gmail.com.

TATIANA DE SOUZA GASPAR
Universidade Federal Fluminense
Niterói/RJ, Brasil
tati_arqurb@yahoo.com.br

RESUMO

Profundas mudanças na urbanização ocorrem no Brasil no pós-1990, sob influência da mundialização da economia, da emergência de agentes e do avanço das comunicações, tecnologias e do neoliberalismo, com respostas insuficientes para a sociedade por parte do aparato oficial. Novos fenômenos urbanos têm lugar, sem que suportes teóricos e normativos sejam disponibilizados para fazer frente a investimentos privados, expansão urbana, multiplicação de aglomerações de população e reestruturação de territórios. Este texto constitui uma sistematização de resultados de duas pesquisas desenvolvidas pelas autoras, tendo como caso empírico o território fluminense, com o objetivo de identificar as modificações no quadro de ordenamento e controle do solo sob novos pactos econômicos em diferentes escalas – geográficas ou determinadas pelo capital – nas implantações de projetos regionais e urbanos, que se inserem na política de interiorização da economia. A metodologia incorporou observações *in loco*, levantamento documental-icnográfico e análises transescalares. Os resultados mostraram-se reveladores da diversidade do urbano e de sua dispersão, entre novas centralidades e territorialidades, a partir de projetos implantados, em fase de implementação, ou sob iminente perspectiva de concretização.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Dispersão urbana. Projetos urbano-regionais. Intervenções urbanas. Estado do Rio de Janeiro.

IN SEEKING FOR SIMILITUDES... THE DIVERSITY IN URBANIZATION AND IN URBAN DISPERSION ARISES IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO IN POST-1990

ABSTRACT

Deep changes in urbanization took place in Brazil in the post-1990. Under the influence of the globalization of the economy, the emergence of agents, advancement of communications, technologies, and neoliberalism, with precarious answers are given to society by the official staff. New urban phenomena's take place, without sufficient normative and theoretical apparatus, with reduced role of the State, to confront to private investments, urban expansion, multiplication of human settlements, with restructuring of territories. This paper constitutes a systematization of results of researchs developed by the authors, about the example of the fluminense territory, with the subject to identify the modifications of the use and occupation of the soil, under new economic pacts on different geographical scales – or determined by capital – in regional and urban projects, with their deployments. The methodology incorporates observations *in loco*, iconographic and documentary survey-transescalares analysis. The results proved to be revealing urban diversity and its dispersion, between new centralities and territorialities, from projects implemented, being implemented, or under imminent prospect of achieving.

KEYWORDS: Urbanization. Urban dispersion. Urban-regional projects. Urban interventions. State of Rio de Janeiro.

A elaboração deste artigo foi motivada pela possibilidade de organizar uma sistematização de resultados obtidos em pesquisas realizadas pelas autoras nos últimos anos, as quais tiveram como objetivo discernir os fenômenos urbanos em distintas escalas territoriais no Estado do Rio de Janeiro, no pós-1990.

A partir de trabalhos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa Transformação, Intervenção e Gestão do Território¹, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal Fluminense, entre 2007 e 2011, procuramos trazer informações sobre o amplo universo fluminense, demonstrando as recorrências dos processos de urbanização e dispersão urbana em suas expressões físico-territoriais.

INTRODUÇÃO

Há uma constatação crescente, evidenciada na forma de materialização do processo de urbanização sobre os territórios e contextos em nível planetário, que o capitalismo, em sua fase atual, ao manter o privilégio hegemônico da economia, apresenta rebatimentos sobre as relações sociais, espaciais, de trabalho e de mobilidade, entre outras, em que se inserem o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro.

A necessidade de entender e equacionar questões cada vez mais presentes no fenômeno da urbanização e sua vertente, a dispersão urbana, vem atraindo mais atenção para suas complexidades, dinâmicas e vulto consideráveis, entendido, no caso deste estudo, como fruto de intervenções nos espaços que lhe são tributários. A multiplicidade dos impactos gerados vem requerendo constantes reinterpretações sobre as emergentes formas de aglomeração de populações.

As intervenções de grande porte, empreendidas pelas parcerias público-privadas, têm dado margem a configurações que ficam à mercê de uma distribuição de investimentos socialmente desigual sobre as diferentes realidades socioespaciais, histórico-culturais e ambientais. Vão, assim, propiciando formações independentes e generalizadas da dispersão urbana, sem a racionalidade e o requerido controle do Estado no que diz respeito à produção e à apropriação dos espaços por setores de diferentes extratos de renda.

¹ As pesquisas de base foram realizadas com recursos da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UFF-CNPq.

Mudanças estruturantes fizeram com que o processo de ocupação desses espaços passasse a experimentar dinâmicas regionais e urbanas frequentemente superpostas, no rastro da implantação de projetos. Do repertório fazem parte novas aglomerações, forjadas, entre outras possíveis modalidades, sob a forma de complexos residenciais, comerciais, de serviços, turísticos e de lazer.

No caso do estado do Rio de Janeiro, os municípios agrupados nas diferentes Regiões de Governo convivem com demandas progressivas por infraestrutura, crescentemente impostas por empreendimentos da iniciativa privada, sobretudo do setor imobiliário, os quais, ao atrair os consumidores com seus anunciados oásis de qualidade de vida, vêm ao encontro de desejos individuais e familiares, alguns deles viabilizados por programas oficiais.

Nesse trajeto, a expansão urbana, mais efetivamente configurada como dispersão urbana, vem se intensificando longe da fiscalização do estado, sob a constituição da diversidade morfológica de novos tecidos urbanos, alguns situados em áreas que até bem pouco tempo eram tidas como rurais no território fluminense.

O trabalho de sistematização dessas ocorrências, com suas caracterizações gerais, tem como objetivo contribuir com subsídios para a formulação de políticas que possam embasar intervenções e implementações no campo urbanístico concernente.

A metodologia para a detecção desses fenômenos foi sendo consolidada e ajustada a cada pesquisa efetivada, conforme registros das observações de campo e das entrevistas realizadas, levantamentos, leituras e estudos sobre as alterações das dinâmicas, indo das macro às microrregiões em questão, mapeamentos com interatividade temática, análise, classificação e interpretação condizentes com o estudo teórico e prático em pauta, com anotações das experiências vividas no que redundou da transformação de antigas estruturas territoriais. Procuramos também avançar na sistematização, com a organização e a disponibilização de informações cartográficas atinentes às escalas – geográficas ou determinadas pela

ação do capital –, bem como de constatações reveladas pelos recursos documental-iconográficos e confirmadas pelas representações de imagens de satélite, a par de trabalhos teóricos e práticos relativos às diversas áreas envolvidas. O trabalho abriga conceitos em construção, como os inicialmente divulgados pelo projeto temático coordenado pelo Prof. Nestor Goulart Reis, desenvolvido desde 2004 no Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Patrimônio (LAP), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Universidade de São Paulo (USP), cujas investigações basearam-se no quadro estadual paulista. Foram incorporadas, igualmente, outras pesquisas que dessem conta das distintas realidades concernentes ao estado do Rio de Janeiro, em que captamos diferenciações estruturais e conjunturais singulares no processo de ocupação do território fluminense.

Os resultados mostraram um novo panorama para corroborar o entendimento sobre o processo de urbanização e reestruturação em curso nesse universo, com variedade e multiplicidade na formação de centralidades e territorialidades. Dentre os aspectos revelados, destacam-se as decorrentes alterações projetadas pelo crescimento acentuado da ocupação lindeira aos tradicionais eixos de comunicação terrestres – penetração, ocupação e expansão –, favorecidas pelas novas articulações com polos econômicos emergentes, bem como as consequências trazidas pelos projetos regionais e urbanos, estejam eles já implantados, em fase de implementação, ou ainda, sob iminente concretização, com seus reflexos sobre as estruturas macro, meso e microespaciais existentes, cingidas ou não em relação às delimitações administrativas oficiais, expressas nos mapas do estado a seguir (Figuras 1 e 2).

MANCHAS URBANAS

Inicialmente, duas constatações afloram na leitura cartográfica das manchas urbanas:

1. consolidação dos eixos de comunicação terrestre, aí computados antigos e novos, que não só viabilizaram ocupações às margens das rodovias, como continuam também a protagonizar a expansão direcionada para São Paulo e Belo Horizonte, com forte tendência de crescimento, enquanto, no sentido longitudinal, a comunicação se faz pela BR-101, estruturando o território a partir do núcleo metropolitano e possibilitando a expansão de novos vetores de ocupação, bastante incentivados pelos grandes empreendimentos;
2. ocupação favorecida, e mesmo induzida, pela implantação de grandes projetos regionais e urbanos, promotores da celeridade da urbanização, a exemplo do complexo de exploração de petróleo e gás, do Arco Metropolitano, e da instalação de portos e siderúrgicas, como o complexo de Itaguaí, a oeste da Região Metropolitana.

Como quer Lungo (2004), mais que grandes obras emblemáticas, tais projetos encontram-se vinculados a operações urbanas que assumem a força de programas de intervenção, através da concretização de um conjunto de obras de profundos impactos sobre o território, como as de infraestrutura e logística, em andamento em diversos pontos do estado.

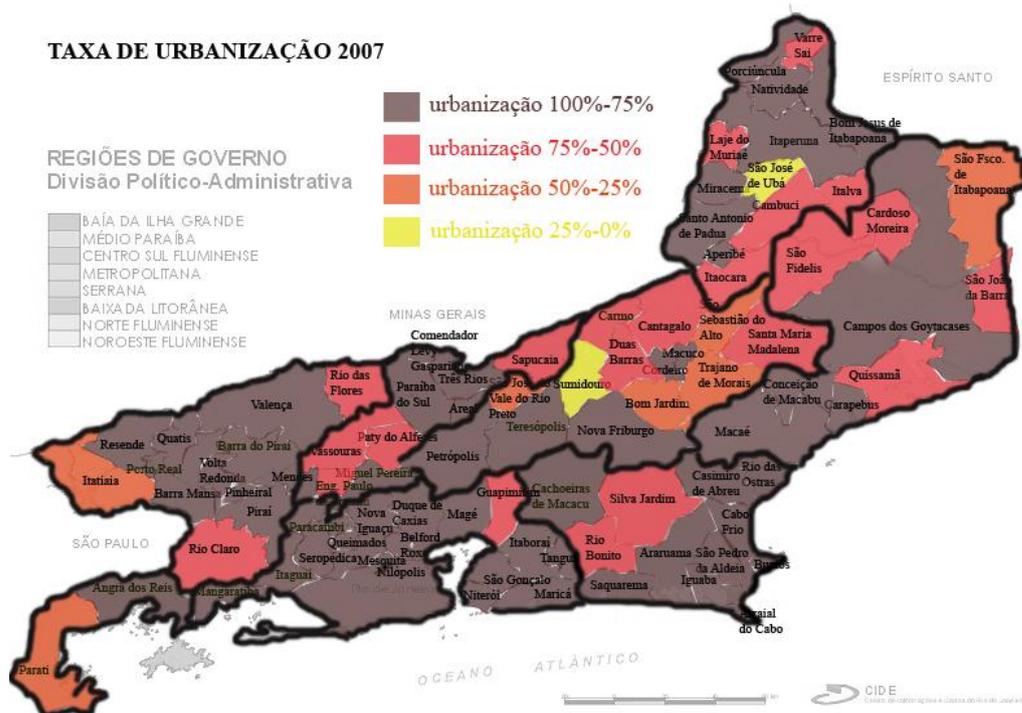
Sabe-se que os reflexos do processo de crescimento populacional nas escalas mundial e nacional têm apontado para uma ocupação predominantemente urbana. No estado do Rio de Janeiro, o fenômeno ocorre com alterações marcantes na estrutura espacial das urbes e do entorno periférico, resultantes da dispersão urbana, enquanto componente da reorganização produtiva.

A territorialidade tem se processado com os assentamentos populacionais assumindo formas e padrões que se desdobram em tipologias cada vez mais construídas no âmbito de uma crescente complexidade, seja na (con)formação dos núcleos tradicionais, nos setores periurbanos, ou nas periferias distantes dos principais centros de produção. Novas dinâmicas apresentam-se também segundo diferentes circuitos, ora de comunicação, ora de fluxo de capitais, de mercadorias, ou de pessoas, e vêm acompanhadas igualmente de mudanças na mobilidade intra-metropolitana, nos hábitos e no modelo de consumo.

Esse entendimento resulta da observação de campo e de trajetos teóricos que podem apontar tanto para as ações em geral renovadas pelos agentes do capitalismo, pois estes mantêm o mesmo princípio em sua permanente busca por espaços e territórios, quanto para sua reprodução, repercutindo nos assentamentos de população sob efeitos (re)estruturantes do território.

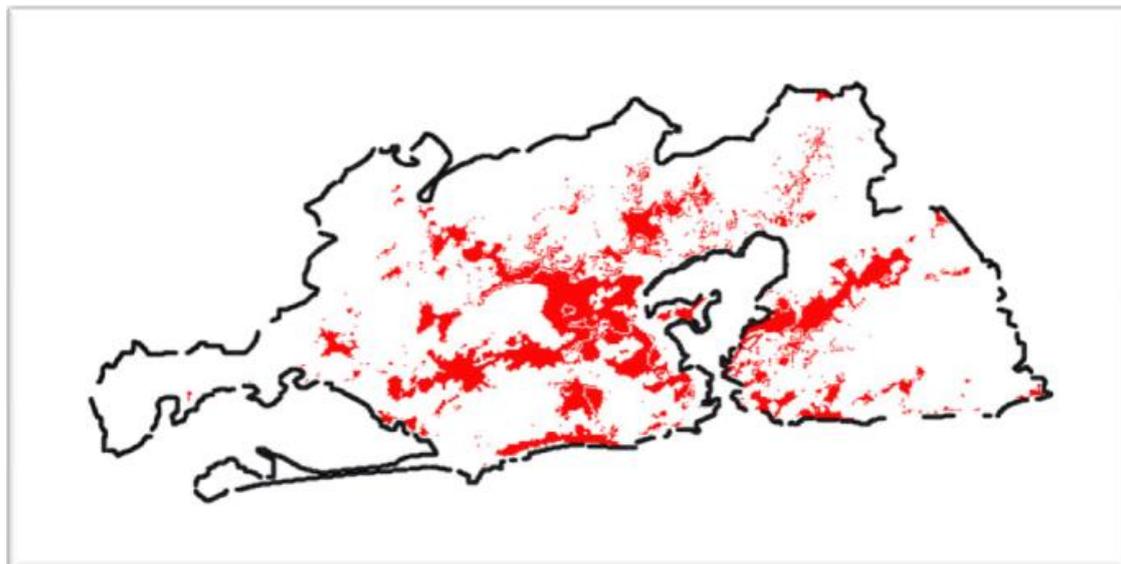
O mapa das taxas de urbanização nas Regiões de Governo Fluminense, a seguir (Figuras 3 e 4), segundo o antigo Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro (CIDE, 2007), induz à constatação do fortalecimento dos vetores de expansão e ocupação urbanas, facilmente identificados pelos eixos de comunicação terrestre e pelas pontas já direcionadas nas manchas urbanas, em busca dos empreendimentos em construção.

Figura 3: estado do Rio de Janeiro. Taxa de urbanização. 2007.



Fonte: Fundação de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE, 2007).

Figura 4: estado do Rio de Janeiro. Eixos de penetração no território fluminense a partir da região metropolitana do rio de janeiro. 2007.



Fonte: Fundação de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE, 2007).

CONTRIBUIÇÕES PIONEIRAS E ATUAIS

Sabe-se que a projeção da urbanização sobre o território e a paisagem, até os anos 1970, apresentava configurações mais inteligíveis em suas formas de materialização nos espaços. A partir de então, foi se fazendo comum no Brasil a formação de novos tecidos urbanos, com morfologias variadas, segundo os contextos, as especificidades e as lógicas dos projetos, que se inserem na política de interiorização da economia.

Contribuições teóricas e empíricas sobre a temática têm geralmente se voltado para o modo de atuar sobre os processos de mudança, na procura da melhor forma de intervir. Em meio à diversidade de culturas e à abrangência do urbano, buscam favorecer a formulação de proposições de caráter institucional e operacional, de instrumentos técnicos adequados ao estágio da urbanização, bem como a suas manifestações em diferentes escalas, independente das respectivas jurisdições e divisões político-administrativas (COSTA, 2010b).

A teoria referente à urbanização, no entanto, não tem dado conta dos fenômenos urbanos em curso, fato a que se somam inoperantes instrumentos normativos do Estado, os quais são mais aplicáveis às zonas urbanas, e quase nada às rurais, em confronto com as “oportunidades” anunciadas pela iniciativa privada, em especial do setor imobiliário. Em decorrência da localização dos projetos regionais já referenciados, de monta e de grande impacto, sobretudo quando presentes em áreas interurbanas, as questões se pluralizam, com a demanda de reestruturação viária, criação de novos bairros e setores urbanos, e até de reorganização territorial.

No estado do Rio de Janeiro, a temática conta com o apoio de alguns estudiosos pioneiros que abordaram o tema das mudanças no território em diversas escalas, como a geógrafa e professora Lysia Maria Cavalcanti Bernardes (1983), sempre a par de informações e análises sobre a urbanização no interior fluminense, em especial em relação aos municípios que eram, então, considerados de

pequeno porte. O quadro das taxas de crescimento e de assentamentos nesse âmbito veio, porém, se modificando, transformando junto vilas, sedes municipais e muitos distritos, as primeiras tornando-se, às vezes, maiores que as próprias cidades, a partir da implementação de grandes projetos urbanos ou regionais².

Na época, 91,5% da população do estado viviam em cidades e vilas, com maior concentração de população no município sede de sua Região Metropolitana, inclusive em relação ao país. Ao mesmo tempo, observava-se a redução da importância relativa da população urbana da capital, que passou de 67,9% para 49,5%, entre 1950 e 1980, enquanto sua população estendeu-se por muitos municípios da Região Metropolitana (BERNARDES, 1983, p. 13). Cabe lembrar que o Rio de Janeiro foi capital federal até 1960, Estado da Guanabara até 1975, e município daí por diante.

Ainda de acordo com o mesmo estudo, já se constatava a existência de aglomerados urbanos isolados, que não constituíam sedes distritais, nem estavam incorporados às cidades fluminenses. Esses aglomerados eram extensões periféricas de cidades de porte médio, que abrigavam populações voltadas predominantemente para atividades não agrícolas, classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como “aglomerados rurais” ou “áreas urbanas isoladas”, quando situados, respectivamente, fora e dentro do perímetro urbano legal (BERNARDES, 1983, p. 19).

Vale recordar o conceito de território, considerado para as ciências sociais e políticas segundo diferentes perspectivas, tanto sob visão mais totalizante quanto parcial, em relação ao vínculo sociedade-natureza (e espaço-sociedade).

² Em 1977, a primeira autora deste texto, ao montar a metodologia de planos diretores para os municípios do estado, a convite e sob a coordenação da geógrafa Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, então à testa da Superintendência de Planejamento do Estado (SUPLAN), vivenciou trabalho inovador que contemplava o estudo das vilas fluminenses já envolvidas em expressivos processos de urbanização.

As dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais estão historicamente circunscritas a determinados períodos ou à existência de grupos sociais, guardando um sentido claramente relacional, segundo Haesbaert (2006).

Aproximando-se do período investigado por Valladares e Preteceille (1990) apontam o desafio que constituiu a reestruturação do espaço, em tempos de discussões ecoadas no Brasil, procedentes da Europa e Estados Unidos, já com a escala regional bastante contemplada.

No país, a escala intraurbana foi investigada em bem menor proporção, exceção feita aos estudos de Villaça (1998) no fim da mesma década. Já entre os autores europeus, destacamos Indovina (1990), Portas (1993), Choay (1999), Secchi (1995) e Monclús (1998).

A temática, no Brasil e no pós-1990, toma corpo: na organização de *workshop* em Recife (GONÇALVES *et al.* 2003, p. 11-17), e seminário “Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise”, coordenado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Júnior, em 1991, na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) (1993) e no encontro de 1999, “O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade” (RIBEIRO, 2000, *apud* REIS, 2004).

Para a atualização dos conhecimentos sobre a urbanização e as novas formas do urbano, autores estrangeiros e nacionais prosseguiram, no despertar do novo século, na busca da compreensão desses fenômenos. Algumas coletâneas de textos se destacaram, publicadas sob a organização de diferentes pesquisadores, de procedências e experiências distintas, como as empreendidas por Dubois-Taine (2002), Ramos (2004) e Reis (2007 e 2009) (COSTA, 2010a, p.7).

Nessa linha, os estudos de Milton Santos e Nestor Goulart Reis têm sido edificantes: Santos (1989), dentro da temática, com as reflexões em “O fenômeno de macro-urbanização e metropolização” e “Macro-urbanização e recorte espacial” (SANTOS, 1994); e Reis (2006), com suas investigações, tanto em livros já clás-

sicos sobre urbanização no século XX, quanto em obras mais recentes, como "Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas do Tecido Urbano", seguidas da produção de seminários sobre dispersão urbana, realizados no LAP/FAU/USP, que contaram com a participação de pesquisadores internacionais e nacionais, entre 2006 e 2009.

A relação urbanização - configuração territorial é entendida por Santos (1994) como o que é formado pelo território, mais o conjunto de objetos existentes sobre ele. Tais objetos, sejam eles naturais ou artificiais, definem a configuração territorial, através da qual tem se evidenciado a importância crescente da localização de grandes projetos de impacto regional, implantados durante as últimas décadas, com vultosos investimentos, a exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro.

Colaboraram marcadamente para o quadro geral do pensamento sobre o urbano e suas mudanças, alguns autores já citados, como Choay (1999) que, ao considerar a Europa triunfalmente urbana, anunciou o término das entidades urbanas discretas, como afirma em "O Reino do Urbano e a Morte da Cidade", enquanto Corrêa (1989) registrou como o espaço se torna articulado e fragmentado ao mesmo tempo, e Monclús (1998) tratou da eventual 'dissolução' da cidade compacta tradicional em uma cidade cada vez mais dispersa e fragmentada. Ángel Martín Ramos (2004), por sua vez, a partir de reflexões sobre a temática desenvolvidas por vinte estudiosos, organizou o livro "Lo Urbano", mostrando como o mundo urbano na atualidade exige novas percepções, registros e leituras.

Vale ainda relembrar o conceito de dispersão urbana, nos termos expressos por REIS (2006) ao estudar sua manifestação no território paulista. O autor a define como um esgarçamento crescente do tecido dos principais centros urbanos, ou seja, a formação de constelações ou nebulosas de núcleos urbanos e bairros de diferentes dimensões, integradas em uma área metropolitana ou em um conjunto ou sistema de áreas metropolitanas, onde se verificam mudanças nos transportes

diários intrametropolitanos de passageiros e a difusão ampla de modos metropolitanos de vida e de consumo.

OCORRÊNCIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A exposição do processo de urbanização no Estado do Rio de Janeiro identifica transformações gerais no quadro das aglomerações de sua população em seus diferentes espaços, escalas e contextos, com resultados expressos no desenho das manchas urbanas no período estudado. O instrumental utilizado permitiu, a partir dessa representação de sua materialização, que se deduzissem as consequências do tratamento dado ao seu território.

No âmbito das discussões, adotamos a concepção que traduz as diversas manifestações do processo de urbanização, envolvendo, entre outros elementos, ocupação, expansão, impactos sobre o meio ambiente e assimilação de novos modos de vida urbana. A esse entendimento combinaram-se ainda permanência, crescimento e intensificação da ocupação sob a ocorrência de novas formações, na constituição de seus distintos arranjos.

Sendo uma das menores unidades do país em extensão (5% do território nacional e 4,7% da Região Sudeste), o Estado do Rio de Janeiro abriga 15.989.929 habitantes, numa área de 43.780 km² (IBGE, 2010), o que representa uma das maiores concentrações populacionais do Brasil, com 365 hab./km². Conta com 92 municípios, agrupados nas atuais oito Regiões de Governo: Região Metropolitana (17 municípios), Região Noroeste Fluminense (13), Região Norte Fluminense (9), Região Serrana (14), Região das Baixadas Litorâneas (13), Região do Médio Paraíba (12), Região Centro-Sul Fluminense (10) e Região da Costa Verde (4).

O quadro fluminense revelava até as últimas décadas do século XX, uma marcante configuração físico-territorial herdada, cujas características e singularidades baseavam-se na descentralização industrial, com critérios formais relativos a centralidades fundadas em distribuição de bens e serviços, a partir dos centros consolidados (DAVIDOVICH, 1999).

Na escala regional, a vertente histórica permanece, quando se considera a consolidação da ligação Rio-São Paulo, com ocupação ao longo da estrada de ferro e da rodovia. Também o papel exercido pelas empresas estatais foi determinante para a confirmação de centros urbanos e processos de ocupações urbanas contínuas – conurbações – a exemplo da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (Volta Redonda, no Médio Paraíba), da Companhia Nacional de Álcalis (Cabo Frio), da indústria petroquímica, da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (Baixada Fluminense) e outras refinarias, e da extração do petróleo, por meio de produtores e rentistas em municípios do estado, na Bacia de Campos.

Mais recentemente, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) – Itaboraí, Macaé, Campos dos Goytacazes e respectivas adjacências – vem sendo a meca das migrações, provocando o crescimento da mobilidade, especialmente nos fluxos intermunicipais. Por outro lado, destacam-se as usinas de energia nuclear (Angra dos Reis) e projetos despontando então nas extremidades do estado, como os dos complexos portuários Itaguaí-Sepetiba (oeste) e porto do Açu (norte), este posteriormente desacelerado, além de atividades concernentes à expansão do turismo, do lazer e da residência secundária, já existente em fase anterior. A construção da ponte Rio-Niterói, em meados dos anos 1970, facilitou a extensão do capital para a Região das Baixadas Litorâneas, com a multiplicação de hotéis, resorts e condomínios de luxo. Os maiores investimentos no estado, no limiar da década de 1990, foram direcionados para parques temáticos e *shopping centers*, dentro ou na periferia das sedes municipais.

O REALIZADO, O QUE ESTÁ EM CURSO E O ANUNCIADO

O tratamento da temática demonstrou que as transformações do território no período estudado são fruto de: a) intervenções já realizadas, que por vezes consolidam o quadro existente, de forma previsível, e que apresentaram impactos sobre o território, a paisagem e o meio ambiente; (b) intervenções em curso, com

projetos e recursos que buscam viabilizar sua implementação, mas que já repercutem espacialmente, como as encontradas nas questões fundiárias locais e extralocais; (c) intervenções em perspectiva, como o anúncio de grandes empreendimentos de âmbito regional, os quais, apenas vislumbrados os primeiros procedimentos para suas concretizações, já provocam significativas modificações nos arredores de suas áreas de implantação, sugerindo a necessidade do estudo de nova regionalização. As alterações apontam como resultado um novo balanço entre a economia da metrópole e a do interior do estado, com processo de descentralização em relação a seu núcleo.

A BASE ECONÔMICA DAS NOVAS AGLOMERAÇÕES

A meta econômica constitui indiscutível motriz para o crescimento e o deslocamento inter e intraurbano. Segue, como sempre, orientadora da localização de grandes empreendimentos, principalmente em razão da economia de escala e do retorno de lucros de investimentos. É fundamental, porém, ressaltar a permanência de muitas atividades que tradicionalmente sustentaram as economias locais e ainda as subsidiam na atualidade.

A organização das Regiões de Governo permite compreender, de forma mais específica, como os municípios do estado do Rio de Janeiro estão agrupados, segundo suas características comuns, que determinam, em parte, suas configurações atuais.

Os recursos da comunicação virtual e da informatização, que provocaram alterações até na distribuição da rede urbana nacional, foram também significativos nas mudanças detectadas, apesar das afinidades históricas presentes entre cidades, a exemplo da ligação entre as sedes dos municípios de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, em que a primeira sobrepunha a dinâmica da segunda e detém, hoje, taxas de crescimento populacional superiores às do estado.

Há ainda uma redefinição do papel de cidades antes consideradas secundárias, em que se vê alterada e/ou ampliada a especialização do núcleo urbano, com

a produção de novos polos – caso de Macaé, principal base logística e produtiva da Bacia de Campos³. Esse aspecto é corroborado por Floriano Oliveira (2007), cujas significativas reflexões articulam os efeitos das atividades econômicas e o território. O autor reconhece que às mudanças econômicas contemporâneas corresponde uma nova rede de relações, em que há processos de produção e urbanização. A implantação de novos portos começa também a exercer influência nas correlações entre centralidades.

A Região Metropolitana, que agrupa dezessete municípios⁴ e tem a cidade do Rio de Janeiro como sede, foi composta por um núcleo mais industrializado e uma periferia segregada. Hoje, à exceção do setor naval instalado em sua parte leste (em que se insere Niterói), revela declínio das atividades industriais clássicas, num movimento de descentralização, com a economia se deslocando para o interior do estado.

Também no curso da descentralização está a integração a ser realizada pelo Arco Metropolitano, que vai provocar uma articulação entre municípios, pelas saídas da via expressa, tirando do núcleo metropolitano a obrigatoriedade da intermediação direta, da centralização e da comunicação com os municípios que o compõem. O arco em construção (BR-493 e RJ-109) e a duplicação da BR-101 articulam

³ As modificações econômicas estão na base de novas propostas de regionalização – na escala planetária e em países como a França, o Brasil, e em suas regiões, a exemplo das do estado do Rio de Janeiro. Novos padrões de produção desembocaram em estudo efetivado por técnicos de órgãos deste estado, através do Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro (CIDE) (hoje compondo a CEPERJ), com nova proposta de agregação de municípios fluminenses e conformação de microrregiões (passando das atuais 8 para 9 delas). A questão ambiental constituiu, junto com a consideração de cunho econômico, ponto focal. Para tanto, ver C. Saraça, I. S. Rahy, M. A. Santos, M. B. Costa e W. R. Peres (2007).

⁴ Os municípios são: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapemirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

toda a metrópole em seus limites expandidos, gerando uma integração econômica e industrial com a principal área de produção de petróleo no estado⁵.

O Norte Fluminense, com características fortemente calcadas em sua história, tem sua economia ligada a diversos setores, entre eles, embora em menor proporção, o setor agrário, com a produção de açúcar e álcool, além das atividades relacionadas à cerâmica vermelha. Campos dos Goytacazes é um centro regional que teve, outrora, sua economia totalmente organizada em torno da cana-de-açúcar. E a cidade de Macaé mantém, igualmente, a tradição na produção de seu artesanato.

Os municípios da Região das Baixadas Litorâneas, cujo centro mais estruturado é a cidade de Cabo Frio, constituem base turística de abrangência regional, situada na faixa costeira que se inicia em Maricá, indo até seu 2º distrito, Tamoios, este, sob forte processo de dispersão urbana.

Outro vetor de mudanças está ligado aos setores que utilizam tecnologia de alto valor agregado, concernente às atividades industriais reestruturadas e/ou implantadas no Médio Paraíba. A reestruturação produtiva dessa parte do território ocorreu devido à presença da Companhia Siderúrgica Nacional, já mencionada, privatizada em 1993. Paralelamente, ocorreram a implantação de tecnologias mais informatizadas e a diversificação da linha de produtos por elas oferecidos, o que acentuou a atratividade de indústrias de peso (Volkswagen, em Resende, e a Peugeot-Citroën, em Porto Real), gerando o aparecimento de outros segmentos industriais.

Dessa forma, chega-se à constituição da seguinte espacialização no território fluminense: eixos de urbanização atrelados a áreas que receberam/recebem investimentos localizados (Vale do Paraíba Fluminense) e áreas expandidas contíguas à Região Metropolitana (Itaguaí-Mangaratiba); novas áreas e expansões de

⁵ A Região produtora de petróleo e gás é composta pelos municípios: Carapebus, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, S. Francisco de Itabapoana e S. João da Barra.

ocupações ao longo de eixos de circulação, consolidando ou ampliando antigos e novos setores econômicos (Região das Baixadas Litorâneas); surgimento de novos polos econômicos que absorvem novas centralidades (Macaé). Em menor escala, a expansão no entorno do núcleo metropolitano se dá na Região Serrana, com o tecnopolo (Petrópolis), turismo e lazer (Teresópolis) e o polo de moda íntima (Friburgo). Na região do leste fluminense estão Niterói e São Gonçalo.

CONCLUSÕES: NA BUSCA DE SIMILITUDES... A DIVERSIDADE

A detecção das mudanças na configuração territorial fluminense pautou-se basicamente pela alocação de investimentos e implantação de grandes projetos regionais e urbanos.

A necessidade de compreender os fenômenos e atualizar os conceitos que lhes são pertinentes levou ao quadro da diversidade de realidades dos territórios e suas singularidades, evidenciando as evoluções locais no período.

Novas configurações do tecido municipal e urbano foram identificadas através das manchas urbanas sobre a base territorial considerada. Os resultados revelaram a dispersão urbana como uma das formas predominantes da urbanização na atualidade, também no Estado do Rio de Janeiro.

Evidenciou-se igualmente o trajeto que a economia estadual está trilhando, com o deslocamento para as cidades médias do interior, redundando na manifestação da dispersão de áreas urbanas pelos municípios do estado.

Nas discussões, foram reveladas as intervenções que demonstram, anunciam ou sugerem a consolidação das ocupações e apropriações dos espaços em função dos diferentes contextos e temporalidades, conforme se encontra o estágio de implantação dos projetos.

Ao buscarmos, se não consensos, mas similitudes, para realizar a sistematização e a identificação de tipos de aglomerações, crescimentos e expansões, uma

diversidade de situações foram encontradas. Assim, no intuito de recuperar as recorrências aludidas, algumas passam a merecer destaque:

1. mudança rural-urbana, caracterizando desativações de atividades, misturando categorias assentadas de longa duração, mediante legislações diferenciadas para as escalas municipal e distrital (Tangá e Petrópolis/Itaipava);
2. alterações na composição do perfil da população, com a chegada maciça de migrantes, trazendo incertezas para a identidade dos nativos, incluindo a supressão de caracterizações que permitem sua identificação com o meio (Rio das Ostras);
3. registro do aparato vigente das leis brasileiras, pouco aplicável à ocupação urbana e menos ainda à rural, o que tem permitido, além da transformação já corriqueira de zona rural em urbana, a determinação de novos perímetros urbanos. Com mais de 90% de população urbana, até recentemente com 95% de terras rurais, Rio das Ostras manteve proposta de implantação de distrito industrial – Zona Especial de Negócios (ZEN) – em área rural, onde faz limite com o município de Macaé;
4. transformação rápida da paisagem, seja urbana ou rural, com a constituição de periferias e subaglomerações de diferentes extratos sociais, dentro de uma lógica segregacionista; estas configurações, anteriormente assumidas por segmentos de baixa renda, hoje se estendem, sobremaneira, aos de média e alta renda, na busca por alternativa de moradias, na fuga dos núcleos urbanos tradicionais, e também em razão dos preços da terra praticados, acabando por viabilizar a aquisição de terrenos nesses novos espaços urbanos, com valores compatíveis com o poder de compra (São Gonçalo, Maricá);
5. multiplicidade de novas morfologias de aglomeração de população, configuradas com baixa densidade, sob modelo unifamiliar, e discurso sugestivo da existência de equipamentos, a exemplo de comércio, serviços, lazer etc., dentro de um novo padrão de consumo (Campo Grande, bairro do município do Rio de Janeiro); em razão dos grandes projetos regionais da zona oeste da cidade, como o porto de Itaguaí e a Siderúrgica do Atlântico, esse foi o bairro que mais aprovou empreendimentos imobiliários para baixa/média renda, suportados pelo Programa Minha

- Casa, Minha Vida, com a supervalorização dos imóveis em torno de 40% em 2012, que tendeu a ascender, em razão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016;
6. reorganização de setores mais dinâmicos do mercado imobiliário, e agentes econômicos envolvidos, com viabilização sistemática de acesso a áreas afastadas, pouco densas, cujo modelo é alimentado pelo grande capital financeiro, ou seja, um verdadeiro desenvolvimento da produção imobiliária, em que se propalam e se vendem as excelências do lugar (ROCHA, 2009);
 7. custos sociais e ambientais majorados, já que a dispersão urbana tende a aumentar o custo social do investimento público, fazendo um contraponto com as áreas de maior densidade que, em geral, otimizam o uso de recursos e investimentos.

Em face do quadro apresentado, urge a elaboração de teorias que levem em conta essas ocorrências, bem como o preparo institucional e de gestão concernentes a diferentes instâncias oficiais, com base em novo suporte jurídico, visto ser o atual ainda inócuo para fazer frente à natureza e à diversidade do fenômeno, nos distintos níveis em que se manifesta – regional, meso e microrregional ou local.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, Lysia M. C. (Coord.). *Urbanização do Interior Fluminense: análise dos aglomerados de pequeno porte*. Rio de Janeiro: SECPLAN- FAPERJ, 1983.
- CHOAY, Françoise. O reino do urbano e a morte da cidade. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 18, maio/1999, p. 67-89.
- CORRÊA, Roberto L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- COSTA, Maria de L. P. M. A Urbanização e suas Novas Conotações. Rebatimentos sobre o processo de Reestruturação do Território. Anais do *I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ)*, 2010. Seção Simpósio Temático “Reestruturação do Território entre as Escalas Nacional e Local”. Rio de Janeiro. CDRom, p. 7, 2010a.

_____. *Relatório Final de Atividades de Pesquisa de Pós-Doutorado*. 51f. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Universidade de São Paulo (USP), 2010b.

DAVIDOVICH, Fany R. Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial. Anais do VIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Porto Alegre: PROURB UFRGS, 1999.

DUBOIS-TAINE, Geneviève. *La Ville emergente: résultats de recherches*. Paris: Ministère de l'Équipement/ PUCA – Plan d'Urbanisme Construction Architecture, 2002.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). *Rio de Janeiro em Dados*. Rio de Janeiro: Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro - CIDE, 2006.

_____. *Anuário Estatístico 2010*. Rio de Janeiro: Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro - CIDE, 2007.

GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. (Orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP; ANPUR, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DPAA, 2006, p. 43-70.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: 2010.

INDOVINA, Francesco. *La città diffusa*. Venezia: Daest, 1990.

LUNGO, Mario (Compilador). *Grandes projetos urbanos*. São Salvador: UCA Editores, 2004.

MONCLUS, Francisco J. (ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporânea de Barcelona, 1998.

OLIVEIRA, Floriano J. G. de. Reestruturação econômica, planos de desenvolvimento e mudanças territoriais no Estado do Rio de Janeiro. *Revista de Economia Fluminense*, Ano 3, jul//2007, p. 6-17.

PORTAS, Nuno. Tendência do Urbanismo na Europa. In: *Revista Óculum*, Campinas, FAUPUCCAMP n. 3, março/1993.

RAMOS, Martín A. (Ed.). *Lo Urbano*. Barcelona: Escola Técnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, 2004.

REIS, Nestor G. *Projeto temático Urbanização Dispersa e Mudanças no Tecido Urbano*. Estudo de Caso: Estado de São Paulo. FAU/USP/LAP, 2004.

_____. *Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

_____. (org.). *Sobre Dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009.

REIS, Nestor G.; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta S. (Coords.). *Dispersão Urbana*. Diálogo sobre pesquisas Brasil-Europa. São Paulo: FAU – USP, 2007.

REIS, Nestor G.; TANAKA, Marta S. (coords.). *Brasil*. Estudos sobre dispersão urbana. São Paulo: FAU-USP, 2007.

ROCHA, João C. R. da. *A Eficácia dos PDM no Controle da Dispersão Urbana: O Caso do Município de Chaves*. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Pensando o Espaço do Homem*. EDUSP, 1989.

SARAÇA, Carlos E. dos S.; RAHY, Ione S.; SANTOS, Marcos A.; COSTA, Marta B.; PERES, Waldir R. A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro. *Revista de Economia Fluminense*, Fundação CIDE, n. 6. p. 18-27, julho/2007.

SECCHI, Bernardo. *Dell'utilità di descrivere ciò che si vede, si tocca, si escolta*. Segundo Convegno Internazionale di Urbanistica. Prato, 1995.

VALLADARES, Lícia do P.; PRETECEILLE, Edmond. *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 1998.